

# REVISTA DO Instituto Histórico de Pitangui

Sobrado do Capitão José Fernandes Valadares, conhecido como  
"Prédio do Museu", datado de 1804 (antiga sede do IHP)



**Diretoria do Instituto Histórico de Pitangui- IHP**

**Presidente:** Vandeir Alves dos Santos

**Vice-Presidente:** Hugo Henrique Aparecido Castro Machado

**Primeiro Secretário:** Frederico Teixeira de Freitas Maciel

**Segundo Secretário:** Ana Maria Nogueira Rezende

**Primeiro Tesoureiro:** Bruna Caldas Cordeiro

**Segundo Tesoureiro:** Márcia Valadares Viegas Lopes

**Conselho Consultivo:** Marcelo de Freitas Assis Rocha, Shirley Nalu Ramos de Oliveira Navarro e Evandro José de Barcelos

**Conselho Fiscal:** Francisco Régis Lobato, Edson Márcio Viegas Lopes e Heloísa Helena Valladares Viegas Lopes

O Instituto Histórico de Pitangui- IHP e os autores concedem a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, ressalvado os direitos morais dos autores.

## Índice

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| EDITORIAL                                                                                             | 03 |
| O SOBRADO DO CAPITÃO JOSÉ FERNANDES VALADARES FOI CÂMARA?                                             | 04 |
| PODE A HISTÓRIA DE UMA VESTE SER CAPAZ DE VESTIR UMA HISTÓRIA?                                        | 09 |
| O FUNERAL DA PORCA NO SERTÃO DO PITANGUI (1798)                                                       | 12 |
| PADRE JOÃO BATISTA PORTO – 2026 – 100 ANOS DE FALECIMENTO                                             | 14 |
| TESTAMENTOS E SOCIEDADE COLONIAL EM PITANGUI: PRÁTICAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E RELIGIOSAS (1730-1820) | 18 |
| DE MELGAÇO(PT) A PITANGUI(MG)- A ORIGEM DOS LOBATOS PITANGUIENSES                                     | 21 |
| FAZENDA SANTO ANTÔNIO DAS PITANGUEIRAS                                                                | 25 |
| O BRASÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PITANGUI (IHP)                                                     | 27 |
| RECEITAS DA PONTE ALTA                                                                                | 28 |
| ENTRE LIVROS                                                                                          | 29 |

## EXPEDIENTE

Revista Instituto Histórico de Pitangui-IHP – Vol. 2, Nº 2- dezembro de 2025

Edição Impressa Multidisciplinar – Periodicidade Anual – ISSN: 2965-3584

Responsável: Instituto Histórico de Pitangui-IHP

Presidente: Vandeir Santos

Organização Editorial: Ana Maria Nogueira Rezende

Jornalista Responsável: Marcelo Freitas – Reg.: 2.668 SJP-MG

Projeto Gráfico: Luan Cristian F. dos Santos

Revisão Ortográfica e Gramatical: Maria José Valério Calderaro Teixeira

Fotografia: Daniella Fiana Costa; Jessica Lobato; Leonardo Morato; Luciene Resende; Israel de Jesus Borges Almeida; acervos dos autores.

Instituto Histórico de Pitangui-IHP

Rua Treze de Maio, 320, centro, Pitangui-MG – Cep.: 35650-000

Site: <https://ihpitangui.com.br/>

Redes sociais: Facebook: <https://www.facebook.com/share/1F3aNhBpea/> Instagram: @ihpitangui

E-mail: [ihpitangui54@gmail.com](mailto:ihpitangui54@gmail.com)

É com muita satisfação que chegamos ao segundo número de nossa revista. Os últimos anos têm sido desafiadores para o Instituto Histórico de Pitangui- IHP, o incêndio, a reestruturação financeira e da diretoria, a mudança da sede e a reabertura e o início do processo de digitalização e o lançamento da primeira revista representaram etapas complexas, que exigiram uma dedicação complicada, principalmente para aqueles que não moram em Pitangui.

Os últimos projetos permitiram um investimento massivo na estrutura técnica do Instituto, já temos condição de acelerar o processo de digitalização com a aquisição de mais scanners e computadores, já adquirimos as caixas de polionda e, em breve, daremos início a substituição das antigas caixas de papelão. Já iniciamos as conversas com o Instituto Esther Valério para que possamos contar com a ajuda dos alunos na organização e digitalização do acervo, envolvendo e capacitando jovens pitanguienses na preservação do nosso patrimônio arquivístico e histórico. Por outro lado, estamos enfrentando sérios problemas com a diocese de Divinópolis que vem continuamente reclamando a posse do acervo sacro para posterior transferência para um museu a ser inaugurado naquela cidade, simplesmente por ali ser sede do bispado, ignorando totalmente a importância histórica de Pitangui como a paróquia mais antiga do Centro-Oeste mineiro. A prefeitura tem se mostrado muito lenta na reestruturação de nosso museu, municiando assim as investidas da diocese.

A manutenção do IHP não tem sido uma tarefa fácil, como tudo que envolve cultura, pois tudo é muito complexo, burocrático, cansativo e, nessa batalha constante para manter viva a história pitanguiense, ainda tivemos a infelicidade de perder dois importantes sócios, o Sr. Edson Márcio Viegas Lopes, que, como bancário aposentado, exerceu o cargo de tesoureiro com um invejável nível de organização e responsabilidade. Perdemos também a associada Maria da Graça Menezes Mourão, historiadora itaunense que dedicou grande parte de suas pesquisas à história das cidades do Centro-Oeste mineiro, tendo falecido logo após lançar a obra Pitangui um Baú de História.

O Instituto será eternamente grato a esses dois importantes associados, pessoas dedicadas e comprometidas com a preservação de nossa instituição e de nossa história.

E, agora desejo a todos uma ótima leitura da Revista nº2 do Instituto Histórico de Pitangui, com artigos que mostram a riqueza do acervo da instituição e respeito à pesquisa de cada pesquisador que nos brinda com suas contribuições!

Vandeir Santos - Presidente do Instituto Histórico de Pitangui (IHP)



# O SOBRADO DO CAPITÃO JOSÉ FERNANDES VALADARES FOI CÂMARA?

Israel de Jesus Borges Almeida\*

O imóvel de estilo colonial, mais conhecido pelos pitanguienses como “prédio do museu” pertenceu primeiramente ao Capitão José Fernandes Valadares o qual ordenou sua construção ao final do século XVIII, sendo inaugurado como residência em 1804, já no contexto do século XIX, conforme aponta Diniz (1965). Na declaração de bens em seu inventário de falecimento em 15 de outubro de 1809 encontramos a seguinte avaliação acerca da residência

Huma morada de Casa de Sobrado com sua cozinha tambem de Sobrado cobertas de telhas forrada de tabuado pintadas e assualhadas tambem por baixo Fica na Rua que vai da Matriz para a Igreja Velha Com seu quintal e árvores de espinhos o que sendo pelos ditos avaliadores visto e examinado foi avaliado tudo na quantia de dois contos e quatrocentos mil réis. (Inventário de Capitão José Fernandes Valadares. Transcrito por: Israel de Jesus Borges Almeida. Instituto Histórico de Pitangui, Pitangui-MG, 1809. Seção: Fundo Colonial, Série: Inventários, Cx. 048, Doc. 001.).



Figura 1 Trecho do inventário transcrito acima

No livro de Tombo da Vila encontramos uma das primeiras referências ao imóvel: “Esquinando com o Beco do Viana e no correr do lado esquerdo da rua, estava um terreno desocupado de obras e pertencente ao Sobrado do Capitão José Fernandes Valadares, medindo de frente o terreno e o sobrado 22 braças e 2 palmos (Livro de Tombo, 1843, p. 13).

## QUEM ERA O CAPITÃO FERNANDES?

Segundo Aquino (2023), José Fernandes Valadares era: “Fiel vassalo e comerciante, nasceu na Freguesia de Valadares, Bispado de Viseu, Portugal. Foi capitão da Companhia de Ordenança de Pé do distrito de Monjolos do território do rio São Francisco, com carta patente lavrada em 1779” (p.56). Prosperou financeiramente no comércio em Pitangui, inclusive na venda de pessoas escravizadas, no sobrado que mandara construir.

Por se tratar de um sobrado de dois pavimentos possuía seis portas em direção à nascente à Rua da Matriz Velha (atual Rua José Gonçalves) o que indica que seu uso era misto e servia como comércio no primeiro piso e residência no andar superior. Ainda sobre esses fatos usuais do imóvel, Aquino (2023) enfatiza que:

Valadares possuía uma grande casa comercial com clientela diversificada em Pitangui, “onde se vendia de tudo à vista ou a prazo”, além da variedade de produtos que vendia em sua loja, secos e molhados, dedicava-se ao comércio de escravos. Havia um “livro borrão” que registrava os créditos decorrentes da venda de escravos “importados da Corte” que vendia à vista ou a prazo para fregueses da vila e ser termo. (p.57)

Apesar das fontes bibliográficas não serem suficientes para esclarecer a subserviência posterior do imóvel após a morte do Capitão Valadares em 1807, fontes disponíveis no Livro de Tombo da Vila apontam que uma família por sobrenome “Alves” teria então vivido nesta casa até o momento em que finalmente ela viria a servir como Câmara Municipal de Pitangui.





Além de servir de Câmara, o sobrado também abrigou a sede da Prefeitura Municipal, Museu da Imagem e do Som de Pitangui (MIS-Pitangui), Museu Sacro, Arquivo Judiciário de Pitangui e Biblioteca Pública sob tutela do Instituto Histórico de Pitangui, de acordo com Mendes e Perilo (1998). Em diferentes períodos e ocasiões a propriedade sofreu diversas alterações e modificações estruturais para atender aos diversos órgãos e instituições do poder público e privado que passaram por sua história.



Figura 2 Sobrado do Capitão José Fernandes Valadares. Foto: Luciene Resende, 2023

## ARQUITETURA E TOMBAMENTO DO SOBRADO

O Sobrado do Capitão José Fernandes Valadares é um imóvel que faz parte do conjunto arquitetônico do núcleo da Praça Governador Benedito Valadares, registrado no Guia dos Bens Tombados, Volume 2, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Mineiro (IEPHA-MG) descrito nas páginas 207 a 212.

Segundo Mendes e Perilo (1998) o sobrado é caracterizado como:

Exemplar típico do período colonial desenvolve-se em 02 pavimentos e porão com partido retangular. O Sistema construtivo é o autônomo, de madeira, com predominância ainda, de alvenaria pau-a-pique. Recebe telhado galbado de telhas e capa e bica, arrematado por cimalha perfilada. As fachadas são compostas por painéis marcados pelas peças estruturais, vazados por vãos de vergas alteradas. Na Fachada Principal, alongada, distribuem-se, no nível superior, 06 janelas rasgadas, guarnecidas por guarda-corpo de madeira torneada e sobreverga acimalhada e no inferior nas mesmas prumadas 03 janelas (originalmente portas) e 03 portas. Sobressai no conjunto o colorido dos elementos em madeira sobre paramento branco característico da arquitetura tradicional. (p.06)

Além disso, nas palavras de Mendes e Perilo (1998), o interior do sobrado possui cerca de 21 cômodos e segundo a análise realizada em 1998, apesar das modificações encontramos de forma expressiva “tradicionais pisos e forros de tabuado, das alvenarias brancas e das esquadrias coloridas de madeira.” (p.11).

Segundo Freitas (2012) diversas ações comunitárias, legislativas e executivas, foram realizadas para proteger de modo geral as edificações históricas da cidade de Pitangui ao final dos anos 90 e início dos anos 2000, tais como: A criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico em 1997 junto à proposta de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pela Prefeitura Municipal sob gestão do então Prefeito Joaquim Lobato e em 2003 um projeto de lei de alcinha do então vereador José Gonçalves Chaves que visava a proibição e restrições quanto a alteração de fachadas dos imóveis históricos.

Somente em 2004, ainda de acordo com Freitas (2012), é que o município conseguiria o primeiro tombamento em âmbito municipal, sob administração do então Prefeito Municipal José Eduardo que selecionou em primeira mão as igrejas: Capela do Senhor Bom Jesus, Capela de Nossa Senhora da Penha, Capela da Cruz do Monte, Capela de São José e Casa do Velho da Taipa, sob a guarda da Diocese de Divinópolis-MG.

Em 2004, nas palavras de Freitas (2012), aconteceria o tombamento provisório sob administração municipal executiva de Evandro Rocha Mendes que, junto ao Conselho Curador do IEPHA-MG realizaria e aprovaria por unanimidade o tombamento do centro histórico. O sobrado por sua vez estava fechado desde 1990 e teve acionada sua restauração pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em 2003 o que custaria em primeira etapa R\$263.000. O tombamento estadual definitivo aconteceria aos 04 dias do mês de setembro de 2008. O imóvel foi tombado – em âmbito nacional – pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1959, inscrição 449, Livro de Belas Artes, volume 1, página 84, como bem integrante do conjunto histórico urbano de Pitangui.

## O SOBRADO ENQUANTO CÂMARA E SUAS USUALIDADES

Recentemente, em um projeto prestado à A3 Restauros, realizei um levantamento histórico sobre as usualidades do imóvel ao longo dos séculos. Com as informações obtidas por meio de documentos bibliográficos e entrevistas constatou-se que o sobrado foi residência, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Instituto Histórico de Pitangui, Museu Sacro, Museu da Imagem e do Som de Pitangui, Biblioteca Municipal, sede do Correios, Tipografia, sede de Imprensas (jornais), Casa de Cultura e atualmente abriga o Museu das Artes Sacras, da História, da Imagem e do Som de Pitangui, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Pitangui e Biblioteca Municipal.

Durante algum tempo não se sabia ao certo se o sobrado teria sido em algum momento Câmara Municipal, devido a discordâncias teóricas, contradições da história oral e referências bibliográficas elencadas incorretamente ou de maneira insubstancial. Mas, graças a pesquisas realizadas no acervo do fundo jornalístico do Instituto Histórico de Pitangui localizei um classificado no “Jornal O Pitangui” que esclarece de uma vez por todas essas discrepâncias.



Figura 3 Classificado do Jornal O Pitangui, Segunda Fase - Ano II, N°89 de 29 de dezembro de 1912. Fonte: Acervo do Fundo Jornalístico do Instituto Histórico de Pitangui.

Reparem que no classificado o redator à época, Sr. Alcides Gonçalves, solicita que os assinantes do jornal que moram próximos à Pitangui busquem seus exemplares na sede da oficina (impressa), que se localizava no prédio da Câmara Municipal – o sobrado – à Rua Sete de Setembro. Segundo Diniz (1965, p.186), a Rua Sete de Setembro era a mesma “Rua da Matriz Velha” descrita no inventário do Capitão Fernandes e que mais tarde se tornaria a atual Rua José Gonçalves. Isso prova de uma vez por todas que sim, o sobrado serviu como sede da Câmara Municipal ao mesmo tempo em que era também a tipografia do Jornal O Pitangui”.

Além disso há uma placa de representação dentro do salão nobre do sobrado que fora instalada quando da inauguração da Câmara naquele prédio em 1901. Nela lemos o seguinte enunciado.

Câmara Municipal. 1901. Pre. Dr. J.G. de Souza, Ve. Pre. J.J.C. Valladares, vereadores, Dr. J.A.F. da Silva, V. Azevedo, Ro.Pe. A.S.Diniz, R.C. dos Santos, J.N. de C. Quito, A.M.L.Cançado, P.I. de Faria Morato, J.C. da Fonseca, F.V. Vasconcellos. Escultor Miranda Oliveira.

A placa, esculpida por Miranda Oliveira traz o nome dos vereadores eleitos à época e o nome do Presidente da Câmara José Gonçalves de Souza. José Gonçalves, segundo Diniz (1969), era o líder dos “gonçalvista” que se opuseram à gestão de Vasco Azevedo e seus correligionários – os “vasquistas” – em 1896 provocando uma invasão à sede do Poder Legislativo em Pitangui e obrigando os vereadores eleitos a se licenciarem de seus cargos em pleno processo de transição da 2ª sede da Câmara, ora instalada em outro sobrado, o qual pertencia ao falecido Comandante-Superior Bernardo Xavier Rabelo para o casarão de Maria Felisberta da Silva (Maria Tangará), de acordo com Diniz (1965, p.170-173).



O golpe foi armado entre as noites do dia 30 de janeiro e 01 de fevereiro de 1896 tendo como líder Antônio Mourão Lopes Cançado. Não duraria muito até que aos 13 dias do mês de fevereiro do mesmo ano a Polícia ouro-pretana sob comando do Tenente Benjamin Ferreira Lopes acompanhado de Vasco Azevedo, que na ocasião estava desaparecido, chegasse em Pitangui e intervisse restabelecendo o controle do Poder Executivo reintegrando a posse dos títulos legislativos aos vereadores eleitos ainda de acordo com Diniz (1969, p.27)



Figura 4 Placa de Representação da instalação da Câmara Municipal de Pitangui em 1901. Fonte: Acervo Pessoal de Israel Almeida, 2025



Figura 5 Os Gonçalvistas. Os de pé, vistos da esquerda para a direita: Joaquim Nunes de Carvalho Quito, Anthero Eduardo Alvares da Silva, Antonio Mourão Lopes Cançado, Ignacio Cordeiro de Campos, Antonio Orsine, Dr José Gonçalves de Souza. Os assentados, vistos da mesma maneira: José Joaquim Cordeiro Valadares, Cap. Francisco Bahia da Rocha, Alexandre Lacerda Rocha e Cap. José Nunes de Carvalho. Sem data. Fonte: Acervo do Instituto Histórico de Pitangui.

Felizmente, para a oposição gonçalvista, nas eleições para o triênio de 1897 a 1900, José Gonçalves de Souza venceu e foi diplomado como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Conquistou a vitória ao contestar a legalidade dos votos e supor uma adulteração dos livros dos eleitores do distrito de Onça, de maioria vasquistas. Impedindo a contagem dos votos naquele distrito, garantiu seu êxito junto aos seus apoiadores, afirma Diniz (1969, p. 31-38).

Por fim, no forro do salão nobre do segundo piso encontramos uma obra de arte cuja composição apresenta características formais vinculadas à tradição acadêmica do final do século XIX e início do XX, com forte influência do repertório neoclássico e da pintura decorativa institucional utilizada em espaços públicos após a Proclamação da República. Trata-se de uma representação alegórica feminina, associada à República, executada com modelagem naturalista, panejamento clássico e postura simbólica hierática.

A composição central apresenta a efigie feminina da República, representada de forma alegórica. A personagem sustenta, em sua mão direita, a bandeira da República dos Estados Unidos do Brasil, símbolo direto do recente processo de transição do regime monárquico para o republicano. Na mão esquerda, porta um ramo verde ornado por rosas, elemento interpretável como metáfora associada à virtude, ao florescimento e à beleza- atributos historicamente empregados na construção simbólica da ideia de progresso. Tal pintura está diretamente ligada ao exercício do Poder Legislativo que operou no sobrado com início no século XX.

## CONCLUSÃO

Concluimos que os dados apresentados não são somente substanciais para o entendimento da história do sobrado, mas também comprovam com veracidade sua usualidade enquanto Câmara. Os acontecimentos históricos que narram sua trajetória nos colocam imersos em vários períodos de tempo desde a construção do sobrado como residência e casa de vendas do Capitão Fernandes como mais tarde em um campo de disputas políticas acirradas no final do século XIX e início do XX, além de trazerem elementos artísticos tão belos e singulares que nos levam ao nascimento da República Brasileira. Na medida que investigado com mais empenho, a história deste sobrado pode nos revelar ainda mais (re) descobertas.



Figura 6 Efigie feminina trazendo em sua mão direita a bandeira do Brasil Republicano como símbolo do nascimento da nova República. Fonte: Acervo Pessoal de Israel Almeida, 2025

\*Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade de Divinópolis (2023) e é pesquisador na área de genealogia. Atualmente é membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Pitangui (COMPPAC), arquivista no Instituto Histórico de Pitangui (IHP) e colunista no jornal O Independente de Pitangui. Tem experiência na área de História, com ênfase em Gestão e Projetos de Patrimônio Cultural e Educação. Possui atestados de capacidade técnica em levantamento de dados bibliográficos e catalogação de acervos museológicos. Possui SRP sob nº 0000648/MG, como Historiador.

## REFERÊNCIAS:

AQUINO, Charles Galvão de. **Ações de Alma e de Crédito: O Poder da Palavra em Pitangui (1709-1799)**. Dissertação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

DINIZ, Silvio Gabriel. **Pesquisando a História de Pitangui** - Edição comemorativa do 205º aniversário de Pitangui. Belo Horizonte, 1965

DINIZ, Silvio Gabriel. **O Gonçalvesismo em Pitangui**. Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 1969

FREITAS, Marcelo. **A Construção do Tombamento**. Pitangui, 2012

MENDES, Evandro Rocha; PERILO, Maria Carmen (org.). **Museu Histórico de Pitangui** - Proposta de Intervenção. Belo Horizonte: Século 30 - Arquitetura e Restauro. 1998.





# PODE A HISTÓRIA DE UMA VESTE SER CAPAZ DE VESTIR UMA HISTÓRIA?

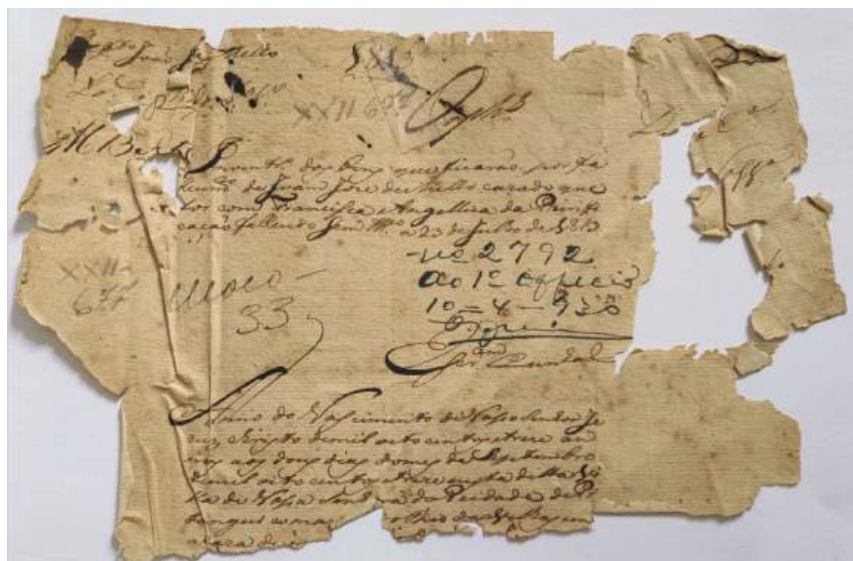
Lúcio Flávio Costa Melo\*

*"Aos dous dias do mes de Setembro de mil oito centos e treze annos nesta Villa de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, tem início o primeiro capítulo da história post mortem de João José de Mello."*

**A**ssim começa o inventário do nosso protagonista, um mês e dez dias após seu falecimento, que se deu a 23 de julho daquele ano de 1813.

Todo inventário é a reabertura de uma história, uma provocação cartorária para que a vida não se encerre com a última batida do coração, mas se prolongue nos papéis que resistem ao tempo e nos rastros materiais que testemunharam cada trajetória de vida.

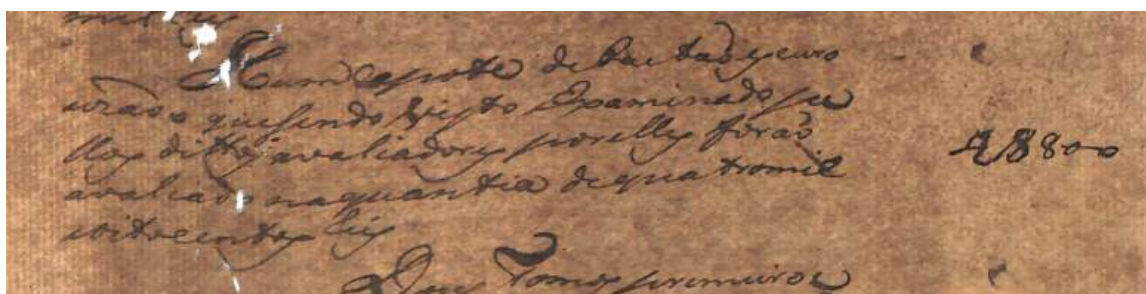
O inventário de João José de Mello, morador do arraial de Patafufu (atual Pará de Minas) na virada do século XVIII para o XIX, se perdeu nas brumas do tempo. Foi mais um amontoado de papéis jogados num canto de armário. Suas páginas se amarelaram, empoeiraram-se, não foram tocadas pelos olhos de ninguém durante décadas. A história daquela família e daquele homem se foi esvaindo e se transformou em um punhado de nomes, que a cada geração iam se perdendo. Tudo o que restou daquelas vidas estava na caligrafia difícil daquele inventário.



Até que um dia, no Instituto Histórico de Pitangui, mãos cuidadoras o tocaram. O manuscrito foi limpo e restaurado. Israel De Jesus Borges Almeida o digitalizou. E a história de João José de Mello, a partir de então, começou a ganhar novos capítulos. Foi quando este autor – um pentaneto do inventariado – curioso em saber a origem do seu Melo, se debruçou sobre a difícil leitura daquelas centenárias 124 páginas. Com o estudo do documento histórico, João José de Mello foi ganhando vida novamente. O inventário nos contou que ele foi casado com Francisca Angélica da Purificação, teve dois filhos com ela (Jullio, então com 19 anos, e Antonio, 13 anos) e outros dois filhos de outro relacionamento anterior (Ritta Maria, já casada, e Joaquim José de Mello, de 21 anos).

Dentre seus bens, estavam relacionados um par de fivelas de prata, um tinteiro de estanho, uma balança de pesar ouro, um machado, uma espingarda, duas rodas de fiar, um tear, fios e peças de algodão (que nos levaram a concluir que ele era um tecelão), um oratório, dois tomos das Sagradas Escrituras, três cabeças de gado, três escravos (Maria, Joaquina e Ritta – essa de 1 ano de idade), uma casa com cercado de madeira branca, dentre outros objetos.

Porém, o mais revelador dos bens inventariados estava descrito em cinco linhas da página 7, onde soubemos que João José de Mello tinha em sua residência um "CAPOTE DE BAETÃO escuro usado que sendo visto e examinado pellos dittos avaliadores por elles forão avaliado na quantia de quatro mil e oitocentos reis - 4\$800".



A baeta, baetão ou capote de baetão é uma veste típica das mulheres açorianas. A baeta era um tecido tradicionalmente fabricado nos Açores. Muitos dos tecidos usados no Brasil colonial e imperial – especialmente em Minas Gerais – têm origem ou forte circulação na indústria têxtil açoriana.

O capote de baetão era um tecido de lã, grosso, felpudo e relativamente pesado, semelhante ao feltro. Não era um tecido de luxo – estava longe da fineza dos panos europeus mais caros, mas era popular porque aquecia bem, era relativamente barato, era resistente ao uso cotidiano, sua textura era grossa e quente, o que a tornava ideal para mantas, capas de cavaleiro e vestes de viagem.

A identificação dessa veste – que a literatura diz que é típica do arquipélago português dos Açores – foi o gatilho que apontou para a origem açoriana de João José de Mello.

A partir da leitura do inventário, e de outras pesquisas realizadas, temos um conjunto de indícios que indicam que a história de uma veste pode ser capaz de vestir, de dar uma roupagem à história de uma pessoa que viveu há mais de 200 anos e que agora tem sua trajetória resgatada.

Por volta de 1709, houve a descoberta de ouro em Pitangui, fato que movimentou toda a região. Por exemplo, a história da formação de Santo Antônio do Monte, município vizinho de Pitangui, contou com a colonização portuguesa, em particular de açorianos, que chegaram àquelas terras através de Pitangui.

A transcrição de nomes e demais detalhes constantes das listas extraídas do "Livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores", compiladas por António Raimundo Belo, e publicadas no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, entre 1947 e 1954, mostra o nome de um João José de Mello, que emigrou de Santa Bárbara, Ilha Terceira, Açores, para Minas Gerais, em 1769, "para a companhia de seu tio Matias Machado Fagundes".



Um dos documentos do inventário é um recibo de quitação de dívida com a "Terra Santa", onde é mencionado que João José de Mello era um "Irmon [irmão] da Irmandade" (pag. 61), o que reforça a hipótese de se tratar da Irmandade da Terra Santa, uma confraria religiosa que já existia nos Açores.

A inexistência de antepassados de João José de Mello para assumir a tutela dos filhos, conforme relatado no inventário, é um indício de que ele possa ter vindo para o Brasil sem os pais ou irmãos.

A proximidade com o português Joaquim José da Silva Marques, que declarou em inventário que era vizinho e credor (pag. 117), e cujas duas netas (Maria Amélia e Romana Angélica) viriam a se casar com dois netos de João José (Júlio José e José Júlio), é também um indício da proximidade das duas famílias com patriarcas de origem portuguesa.

Aquilo que parecia apenas um capote de baetão – uma veste gasta, avaliada em míseros quatro mil e oitocentos réis – transformou-se na fresta do tempo que se abriu para permitir enxergar o passado. A veste, silenciosa por dois séculos, tornou-se o fio condutor que permitiu costurar vários indícios: a migração açoriana pela rota de Pitangui, o registro da emigração a partir da Ilha Terceira, a ausência de parentes que pudessem tutelar os filhos, a ligação com a Irmandade da Terra Santa, a vizinhança e os vínculos com outra família de raízes portuguesas. Cada peça, aparentemente isolada, encaixa-se num enredo maior.

E assim, o registro de uma peça de roupa antiga, esquecida numa página amarelada, mostrou que a história de uma veste pode, sim, vestir a história de uma vida inteira – e, com isso, permitir que seus descendentes, duzentos anos depois, reencontrem a trilha do próprio sobrenome.

\*Lúcio Flávio Costa Melo tem 52 anos, é natural de Piumhi/MG, tem ascendência em Pará de Minas, é o membro da terceira geração que estuda, pesquisa e guarda os achados genealógicos de sua família. Bacharel em Química, Mestre em Química Analítica e Doutor em Ciências pela Unicamp, reside em Uberlândia/MG, onde é servidor público federal. É genealogista amador. É autor dos livros "Do Velho Mundo ao Interior das Minas Gerais - A História dos Imigrantes Italianos em Piumhi" e "O Tabelião - A História de Ovidio Arantes" (no prelo). email: lfcmele@gmail.com whatsapp: (34)9.9112.2772 redes sociais: @otabeliao

## REFERÊNCIAS:

MELLO, João José de. Inventário. 1813. **Documento manuscrito**. Instituto Histórico de Pitangui (IHP), Caixa 054, Documento 003.

Santo Antônio do Monte. **Wikipedia**. [s.d.]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santo\\_Ant%C3%B4nio\\_do\\_Monte](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_do_Monte). Acesso em: 29/11/2025.

Listas de Emigrantes Açorianos para o Brasil. **Geneall.net**, 2005. Disponível em: <https://geneall.net/pt/forum/100487/listas-de-emigrantes-acorianos-para-o-brasil>. Acesso em: 29/11/2025

MAIA, Ana Marques de. **A história do estranho traje que escondia as mulheres dos Açores**. Publico.pt, 19/04/2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/04/19/p3/fotogaleria/historia-estranho-traje-escondiamulherescapote-capelo-acoers> 411896. Acesso em: 29/11/2025.

# O FUNERAL DA PORCA NO SERTÃO DO PITANGUI (1798)

Charles Galvão de Aquino\*



Entre os registros jurídicos do século XVIII, conservados no Arquivo Histórico de Pitangui, encontramos o curioso caso de Ignácia Maria do Nascimento contra Antônio Rodrigues Galvão, descrito em um libelo que mistura elementos de ação criminal e cível. O documento revela não apenas um litígio entre vizinhos, mas também aspectos do cotidiano rural, das formas de propriedade e da economia local no período colonial.

No ano de 1798, a rotina rural da Fazenda Velha, no distrito de Santo Antônio do Rio São João Acima, hoje Igaratinga/MG, termo da Vila de Pitangui, foi abalada por um litígio que ganharia contornos de crônica policial. A autora, Ignácia Maria do Nascimento, mulher de mais de quarenta anos de vida no mesmo pedaço de terra, herdado e cultivado por sua família, decidiu levar ao tribunal uma queixa grave contra seu vizinho, Antônio Rodrigues Galvão.

A discórdia começou quando Antônio adquiriu terras vizinhas ao sítio "místicas", isto é, misturadas ou contíguas — pertencentes ao alferes Antônio de Magalhães Portilho. Segundo a queixa, o novo vizinho passou a "lhe invejar" o sítio e a causar-lhe desgostos e prejuízos deliberados.

A acusação mais impactante dizia respeito a uma porca parida com nove leitões, que, segundo Ignácia, teria sido "maliciosamente" morta por ordem do réu. A carne, acusava ela, foi levada para a casa de Galvão, servida a seus escravos e até transformada em sabão, enquanto os leitões, ainda tenros, morreram sem a mãe. Avaliava o prejuízo em quatro oitavas de ouro sem contar o lucro futuro que poderia obter com a criação dos animais.

A autora Ignácia também o acusava de mandar matar, a pauladas, um bezerro, que uma de suas vacas estava criando, resultando na morte imediata do animal. A estimativa do dano era de uma oitava de ouro. Além disso, afirmava que Galvão teria arrasado o valo (cerca) de sua chácara, permitindo a entrada de porcos e gado que devastaram a plantação de mandioca, com perda suficiente para produzir, no mínimo, duas oitavas de ouro em farinha.

Calculava todos os prejuízos em oito oitavas de ouro e pedia ao juiz que o réu fosse condenado a indenizá-la, pagar o dobro pelo valor e ainda responder criminalmente pelas mortes dos animais, cuja penas são impostas aos que matam porcos e gados alheios e os comem, e as custas por todo o sobredito da verdade.

A legislação da Coroa portuguesa buscava proteger a propriedade e a subsistência das famílias. Quem caçasse com crueldade ou matasse animais de outrem deveria ressarcir o triplo do valor e, em certos casos, podia ser degredado para a África. Na época, vigoravam no Brasil as Ordenações Filipinas (1603), que determinavam punições severas para danos à propriedade rural.

No papel, tratava-se de penas severas; na prática, nem sempre eram aplicadas de modo eficaz. O caso de Pitangui parecia um exemplo pronto para a aplicação dessas normas. Assim, a acusação de Ignácia, se provada, não implicaria apenas compensação financeira, mas poderia colocar Galvão sob ameaça de punição criminal exemplar. Mas a justiça tem seus desvios.





O embate judicial prometia ser feroz, e, de fato, o foi. Porém, nos autos, Antônio Rodrigues Galvão conseguiu reverter a acusação. Testemunhas e provas apresentadas indicaram que a narrativa da autora não se sustentava: o bezerro, por exemplo, teria sido abatido e consumido por ela própria, e não pelo réu.

Além disso, Galvão alegou em sua defesa que a porca era tão daninha que costumava furar as paredes do seu paiol, invadir o depósito e comer o milho. Assim, a história, que começou como denúncia de crueldade e hostilidade de vizinhança, transformou-se em um jogo de versões no qual a credibilidade de Ignácia se esfarelou, recaindo sobre ela a acusação de caluniar com malícia e falsidade suas versões iniciais.

As próprias Constituições (Título X) advertiam sobre a gravidade dos juramentos falsos em juízo, registrando que: "Quem jura falso em Juízo, ofende a Deus, ao Juiz e à parte; perturba a reta administração da Justiça, destrói o maior fundamento do comércio humano e perverte a verdade e a inteireza dos Tribunais, pelo que é justo que se castigue com maior severidade." O valor de \$300 (trezentos réis) foi pago por Ignácia a título de "Juramento de Calúnia", uma das custas processuais impostas no desfecho do processo.

Ao final, o juiz deu sentença contrária à autora: por não apresentar provas convincentes de nenhuma das acusações e entendeu que fora "injusto e malicioso o Libelo da Autora, condenando a mesma nas custas processuais em três dobro, à vista do exposto que lhe conferia".

Assim, no sertão pitanguense de 1798, o funeral da porca, e as exéquias do bezerro, não resultaram na punição de um crime comprovado, mas no sepultamento de uma causa malograda. Preservado nos arquivos, o episódio ilumina a vida rural e os conflitos de vizinhança no interior das Minas setecentistas, onde honra, posse e subsistência se entrelaçavam nas veredas do tribunal do Sertão do Pitangui.

Mais do que uma disputa entre vizinhos, o documento conserva informações preciosas sobre a economia rural de Pitangui, onde a criação de porcos, o cultivo da mandioca e a produção artesanal de farinha e sabão compunham o sustento e a renda das famílias. Também expõe a prática concreta do direito colonial em que indenizações eram calculadas em ouro e o dano moral se confundia com o prejuízo material.

Hoje, no Instituto Histórico de Pitangui (IHP), fontes como esta permitem reconstruir o cotidiano, os embates de vizinhança e as estratégias jurídicas que marcavam o sertão das Minas Gerais no século XVIII, aproximando-nos da realidade concreta que se esconde por trás da linguagem formal da justiça colonial.

\*Historiador com Registro nº 343/MG e Mestre em História pelo UFSJ- Universidade Federal de São João del-Rei.

## REFERÊNCIAS:

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. 1603. Livro V, Título LXXVIII.

PORTUGAL. **Constituições**. Dos juramentos falsos em juízo, e penas dele. Título X. p. 322.

INSTITUTO HISTÓRICO DE PITANGUI – IHP. Fundo CMP, Seção Justiça. **Libelo Crime e Cível**: Inácia Maria do Nascimento (autora) vs. Antônio Rodrigues Galvão (réu), 1798. Cx. 140, Doc. 018

# PADRE JOÃO BATISTA PORTO – 2026 – 100 ANOS DE FALECIMENTO

Hugo de Castro Machado\*

Sabemos da necessidade das religiões na formação de princípios e, portanto, na determinada cultura de um indivíduo e de toda a sociedade. No Buriti da Estrada, sede do então Distrito de Conceição do *Pompeo* (Pompéu), do final do século XIX e início do século XX, o grande sacerdote e pastor zeloso das almas era um santo homem, de família conhecida, descendente, pelo lado materno de Dona Joaquina do Pompéu e do Capitão Inácio de Oliveira Campos. Seu nome: PADRE JOÃO BATISTA PORTO.



Padre João Batista Porto  
(Foto do autor).

Pe. João Batista Porto nasceu na fazenda da Bocaina, distrito de Nossa Senhora da Conceição do Pompeo, então Município de Pitangui e hoje Pompéu, aos 24 de junho de 1849, Solenidade de São João Batista, daí a homenagem onomástica. Era filho de Francisco José Pereira, que, ao chegar ao Brasil, acrescentou o nome de sua cidade natal, Porto, ao nome e de Dona Maria Joaquina de Souza Machado, filha de Antônio de Souza Machado (neto de Dona Joaquina do Pompéu), sendo, portanto, o sacerdote, trineto do afamado casal.

Sua formação iniciou-se no Colégio Zacarias Fernandes, na cidade de Pitangui, seguindo depois para Congonhas do Campo onde estudou Filosofia, Teologia e Direito Canônico. Concluindo a formação, recebe também aí as Ordens Menores (Leitorato e Acolitato) e Maiores (Diaconato e Presbiterato). Era conhecido por sua capacidade intelectual, que fez dele uma referência entre seus pares, como também pelo respaldo espiritual, assim como o reconhecido zelo ao sagrado e sua forma de lidar com o profano.

Não se sabe com exatidão de sua importância na formação de outro grande clérigo da nossa região, o famoso Pe. Libério, que, segundo alguns relatos orais, fora seu "aluno e discípulo", sobre o que cabe uma pesquisa mais aprofundada.

Em 1880, foi designado vigário da paróquia do Distrito do Pompeo, onde foi responsável por melhorias e adiantamento nas obras da Igreja Matriz dedicada à Nossa Senhora da Conceição, que viriam a ser concluídas na década de 1930. Também promoveu arte e cultura, criando a primeira banda de música, da qual era regente. Na década de 1910, Sua Santidade o Papa Bento XV o elege Bispo de Corumbá, então recente diocese criada no Estado do Mato Grosso, mas ele não aceitou a mitra e o báculo episcopal, preferindo ficar em sua terra, pastoreando seu povo com muita simplicidade e amor cristão.

Pe. João Batista Porto faleceu no dia 27 de dezembro de 1926, portanto há 100 anos, sendo sepultado aos pés do presbitério da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Pompéu, onde até hoje se preserva uma placa fúnebre da época. Contam que foi uma das maiores cerimônias que Pompéu já viu, com centenas de coroas de flores e grande participação dos habitantes do Pompeo e região.



Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Pompéu (Foto Lincoln Carlos Francisco/Casal na Foto).



Placa fúnebre- marco do falecimento do Padre João Batista Porto (Foto do autor).



Dentre as preciosidades documentais preservadas no Instituto Histórico de Pitangui, encontra-se a notícia do falecimento do Padre João Porto, publicada no jornal O Povo, Cidade de Pitanguy, de 2 de janeiro de 1927, que, na época, tinha como redator o senhor Romualdo Filho, e editor, Victor Aanriot, a qual transcrevemos aqui:

As homenagens continuam no mesmo jornal em sua edição do dia 10 de janeiro de 1927:

## LUTO

Pe. João Porto

Depois de longa jornada no caminho do bem, faleceu em Burity, séde do Pompéo, o santo Pe. Porto na idade de 78 annos. O triste facto ocorreu no dia 27 do passado, após prolongada moléstia que muito o purificou.

O padre Porto, filho desta cidade era um homem perfeito, enquanto pode ser a natureza humana assistindo da divina graça.

Um livro não bastaria para lhe traçar a biografia. Foi um justo, um apóstolo e um anjo de pureza.

Aqui manteve, pouco depois de recebido o presbyterado, um collegio, donde sahiram muitos pitanguyenses laureados em diversas cathegorias.

Parochiou o Pompéo no longo período de quarenta e cinco annos. Sua acção alli foi civilizadora e de eficiente energia, transformação a vasta parochia do Pompéo no rico e operoso districto de agora. Foi ali um elemento de ordem, de paz e de disciplina, como raros sacerdotes podem conseguir, acodidos dum apostolado irreprimível. Choram agora a perda irreparável desse homem a parochia, a Igreja e a sociedade.

Nomeado bispo de Corumbá, em Matto Grosso, deixou de aceitar a mitra revelando assim sua modéstia e sua profunda humildade.

Paz a este anjo da Igreja, que elle soube honrar por suas virtudes de fina tempera.

Pezamos á sua sua desolada familia em cujo seio continuamos amigos.

## LUTO

Padre João Porto

A estreiteza de espaço não nos deixou ampliar a notícia da morte deste varão de Deus, a quem a causa da Igreja deve os maiores serviços.

Só ocupou a freguezia do Pompéo, que nelle teve um exemplo vivíssimo de virtudes sacerdotaes.

Operoso, infatigável e perseverante, desenvolveu uma actividade, própria de tempera spartana, nos diversos departamentos de seu zelo indomável.

Alli ficará guardada a memória deste homem de Deus, como reliquia inestimável para todos seus parochianos.

\*\*\*

O funeral esteve concorridíssimo, pois o triste acontecimento abalou a freguezia em peso. Foi orçada a concorrência em três mil pessoas.

Em todos notava-se estampada a mais profunda tristeza.

O padre Porto deixa nesta zona uma nomeada invejável, quer como sacerdote imaculado, quer como cidadão patriota e útil á sociedade.

Era vigário foraneo de sua comarca ecclesiástica

Estimado como um ídolo do povo, exercem larga influencia no prospero districto, que guardará seu tumulo como penhor de suas tradições de honra.

A beira da sepultura pronunciaram sentidos discursos corologicos o nosso amado chefe, sr. Jacinto Caetano da Silva Guimarães e a senhora Juracy Torquato.

Esses discursos plenos de sentimentos, exprimiram a grande dor que opprimia os corações daquelle povo angustiado.

*Eis as coroas depositadas no féretro:*

*Eterna recordação de seu compadre Messias e Família  
Ao Padre João sincera homenagem do Nelico, Aurora e filhos  
Ao tio João, o último adeus de seus sobrinhos José e Dina  
Recordação de seu amigo Felizinho e Família  
Ao Padre João, gratidão de Candinho, Modestina e Família  
Tributo de Miguel Álvares e filhas  
Lembranças de Dinão, Arcebilha e Filhos  
Ao saudoso Padre João, saudades de David e Filhinha  
Saudades de seus sobrinhos João, Marietta e Filhos  
Ao Padre João, saudades de Acrysio e Filhos  
Eterna saudade de Pedro Lino e Família  
Ao Padre João, gratidão de Josino e família  
Separação forçada de sua irmã e sobrinhos  
Gratidão de Maria das Dores Menezes e família  
Derradeiro adeus de sua sobrinha Irilda  
Lembrança de José Mattar e família  
Ao Padre João, saudades de Antoninha e Aimée  
Ao benemérito Padre João, terna gratidão do Apostolado de Oração  
Último adeus ao Padre João de Benedicto Fernandes e Família  
Ao amigo Padre João saudades do Sinhô do Quaty e família  
Saudades de Antonino, Joana, filhos e genros*

*Aqui foi celebrada, no dia 3 uma missa de 7º dia, em sufrágio da alma desse illustre filho de Pitangui.*

*Mandou a celebrar a exma. D. Antonia Maria Soares, admiradora da santidade desse sacerdote modelar.*

Estas notícias repletas de sentimentos reais de dor e angústia pela passagem do aclamado sacerdote comprovam a importância de sua existência e do zelo de sua missão em pregar os Santos Evangelhos, executando a Boa Nova para este povo que até hoje preserva viva a memória de seu legado. Deixou valores primazes que devem ser seguidos, sem serem encarados como um tabu religioso, mas com uma convicção de que os princípios e valores que norteiam uma sociedade estão fundamentados nas tradições, pois feliz é aquele que sabe de onde veio e para onde vai. Afinal, uma sociedade sem história e tradição está fadada a desaparecer.

Cabe aqui também salientar a importância das atividades de preservação do Instituto Histórico de Pitangui, de sua diretoria e colaboradores, uma vez que, sem a salvaguarda de documentos, especialmente como o transcrito acima, jamais teríamos a noção dos detalhes, que ao serem lidos, levam-nos a viajar pelo tempo e mergulhar no mais profundo de nossa história.





## RAMO FAMILIAR DO PADRE JOÃO BATISTA PORTO

Francisco José Pereira [Porto], nascido na cidade do Porto, Portugal, por volta de 1810, casou-se com Maria Joaquina de Souza Machado, filha de Antônio de Souza Machado, que, por sua vez, era filho de Maria Joaquina de Oliveira Campos (filha de Dona Joaquina do Pompéu e do Capitão Mor Inácio de Oliveira Campos) e do Capitão Luiz Joaquim de Souza Machado (português). Residiram na fazenda da Bocaina, Distrito de Pompéu, Município de Pitangui.

Francisco José Pereira Porto e Maria Joaquina de Souza Machado, pais de:

**F1:** Antônio José Pereira Porto (Inhonhô), e sua esposa Cândida Furtunata Machado (Doca), constituíram vasta família em Pompéu.

**F2:** Frederico Pereira Porto, e a esposa Maria Madalena de Jesus, natural de Santo Antônio do Aporé, constituíram vasta família em Pompéu.

**F3:** Ana Pereira Porto (Inhana), faleceu solteira.

**F4:** Francisco Pereira Porto, casado com Francisca Maria de Jesus, com descendência desconhecida.

**F5:** Maria Amélia dos Santos (Vó Quinha), e seu marido Pedro Cecílio dos Santos, natural de Pitangui, constituíram vasta família em Pompéu.

**F6:** Padre João Batista Porto.

**F7:** Pedro Pereira Porto, casado com Maria Dutra, com grande descendência na região de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais.

\*Vice-Presidente do Instituto Histórico de Pitangui, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu e Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

### REFERÊNCIAS:

JORNAL O POVO. Pitangui, 2 jan. 1927. Acervo do Instituto Histórico de Pitangui.

CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro. **Dona Joaquina do Pompéu, sua gente:** tomo I. Belo Horizonte: [s. n.], 2003.

# TESTAMENTOS E SOCIEDADE COLONIAL EM PITANGUI: PRÁTICAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E RELIGIOSAS (1730-1820)

Patrícia Gonçalves \*



O conjunto documental testamentário preservado no Instituto Histórico de Pitangui - IHP constitui uma fonte privilegiada para a compreensão das dinâmicas da sociedade de Minas no período colonial. Esses registros permitem observar não apenas disposições patrimoniais, mas também práticas religiosas, vínculos familiares, redes de sociabilidade e estratégias de afirmação social. Os testamentos configuram-se como fontes que articulam experiências individuais e padrões coletivos de comportamento, possibilitando investigar aspectos da organização social, das hierarquias de gênero e das concepções religiosas que orientavam a vida e a morte na sociedade da Vila de Pitangui e em sua área de influência.

Até o início do século XIX, as câmaras concentravam as funções dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na Vila de Pitangui, essa estrutura da Câmara perdurou até cerca de 1828.

A concentração desses poderes permitiu que a Câmara de Pitangui acumulasse documentação de várias localidades, atualmente parte da região centro-oeste de Minas Gerais. Esse extenso acervo documental, datado principalmente dos séculos XVIII e XIX, revela diversos aspectos da vida política, econômica, cultural e material da Vila de Pitangui e de sua área de abrangência. A diversidade de tipologias

documentais torna o acervo de Pitangui especialmente interessante para pesquisas que abrangem diversas áreas temáticas da história e de outros campos do conhecimento.

Neste artigo, destacamos a documentação testamentária atualmente resguardada na sede do Instituto Histórico de Pitangui. Os testamentos estão meticulosamente arquivados em três caixas, denominadas CX 094, CX 095 e CX 096, abrangendo o período de 1730 a 1820. Esses registros somam um total de 231 documentos que pertencem a homens e mulheres livres, assim como a homens e mulheres forros.

No século XIX, observou-se um aumento notável no número de testadores que registraram testamentos. A documentação cartorária sobre testadores e inventariados torna-se mais rara quanto mais recua-se no tempo. Segundo Paiva, as explicações para o aumento na produção de registros podem ser atribuídas a uma série de fatores. Primeiramente, a intensificação da produção de registros ocorreu ao longo dos anos devido ao crescimento populacional. Os desafios associados à preservação e ao arquivamento de documentos também contribuíram para essa intensificação. Além disso, à medida que a população aumenta, a quantidade de registros gerados também aumenta proporcionalmente. No primeiro terço do século XIX, a população brasileira experimentou um rápido crescimento. Em 1831, já se estimava em 5 milhões de pessoas. Durante esse período, a imigração de brancos da Europa e das ilhas atlânticas se intensificou, e o número de negros trazidos anualmente da África ultrapassou todos os níveis anteriores.

Outro aspecto que requer atenção é a legislação referente ao "sis", promulgada em 1809, que corresponderia hoje ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Com a implementação dessa lei, tornou-se obrigatório registrar inventários para todos aqueles que deixavam imóveis em herança, devido à cobrança da "sis". É fundamental destacar que esse período coincide com as mudanças promovidas durante o período joanino. Embora não possamos fornecer uma resposta definitiva, é possível que essa medida tenha tido influência no aumento significativo observado ao longo das décadas do século XIX. No entanto, como mencionado anteriormente, essa questão será investigada em detalhes em um momento posterior.



Conforme Bluteau, a definição de testamento é: “declaração da última vontade & disposição de seus bens, depois da morte lançada em papel por tabelião, na presença de testemunha, segundo as formalidades de Direito que as Leis ou costumes locais ordenam”. Em outras palavras, um testamento é um documento legal que registra a vontade do testador em relação à distribuição de seus bens após sua morte. Paiva define os testamentos como relatos individuais que, não raramente, refletem modos de vida coletivos e fornecem informações sobre o comportamento não apenas de uma sociedade, mas também de grupos sociais específicos.

Na América Portuguesa, a prática de elaborar testamentos existe desde a época da colonização. Entretanto, é fundamental destacar que durante o período colonial, o Brasil estava sujeito às leis de Portugal. Entre 1446 e 1512, o país foi regido pelas Ordenações Afonsinas. Posteriormente, após os primeiros anos de colonização, entraram em vigor as Ordenações Manuelinas, que permaneceram em vigor de 1512 a 1603. A partir de 1603, o Código Filipino, ou Ordenações Filipinas, tornou-se o sistema jurídico vigente no país. Consequentemente, o Brasil adotou as mesmas leis testamentárias que estavam em vigor em Portugal. As Ordenações Filipinas legislaram sobre a questão das leis testamentárias e manteve influência mesmo após a independência, atravessando todo o período Imperial e sendo substituídas somente em 1916, já durante a República, pelo Código Civil brasileiro de 1916.

Na sociedade colonial, o direito de elaborar um testamento era amplamente acessível, com poucas restrições impostas. Independentemente da posição social ou econômica, praticamente todas as pessoas tinham o direito de expressar seus desejos e intenções em relação aos seus bens e propriedades após a morte. No entanto, no que diz respeito à questão dos escravos, as normas estabelecidas nem sempre foram rigorosamente observadas.

Exibir um testamento ou um inventário não representava necessariamente um símbolo de distinção social. No entanto, as discrepâncias podiam ser notadas na avaliação e na descrição do documento, com ênfase nas diferenças nos valores dos bens, nos nomes e títulos, bem como nas conexões sociais estabelecidas por meio das dívidas a crédito. Conforme Furtado observa, a preocupação do testador em seguir todos os ritos funerários é evidente nos testamentos. Esses ritos têm relevância para a elevação da alma e servem para, publicamente, demonstrar a posição social do falecido durante o ritual. Quanto mais suntuosa e luxuosa a cerimônia, refletida no número de velas, nas missas em homenagem à alma, no envolvimento de sacerdotes e no tipo de traje com que o falecido é sepultado, maior é a importância atribuída ao falecido no contexto do grupo ao qual pertencia em vida.

A amostra total de 231 testamentos, com predominância masculina (64,9%), denota um traço característico da época, quando homens desempenhavam papéis centrais na vida pública e nas questões legais relacionadas à transmissão de bens e à manutenção do poder econômico familiar. A análise quantitativa demonstra que 150 testamentos foram feitos por homens, enquanto 81 foram redigidos por mulheres. Esse desequilíbrio reflete a organização patriarcal vigente, na qual os homens, frequentemente chefes de família, eram responsáveis pela administração das propriedades e riquezas acumuladas. Por outro lado, a presença significativa de testamentos femininos, que corresponde a 35,1% do total, chama atenção para a participação ativa das mulheres na sociedade colonial, ainda que de maneira limitada.

A categoria de homens livres representa a maior porcentagem em relação ao número de testadores. No entanto, é crucial observar que os homens brancos não constituíam um grupo homogêneo. Eles também estavam predominantemente divididos entre aqueles nascidos no Brasil e aqueles originários de Portugal, conhecidos como reinóis. Os indivíduos brancos e abastados se destacavam da população em geral ao transformar sua morte em um evento suntuoso e minuciosamente planejado. Além de distribuir bens em benefício de suas almas e famílias, os testamentos também serviam como instrumentos para consolidar prestígio e poder.

A sociedade setecentista buscava organizar-se de forma hierárquica e dentro da perspectiva canônica cristã católica. A organização familiar no Brasil colonial foi moldada por fatores históricos como a distância da metrópole, a escassez de mulheres brancas e a presença da escravidão africana e indígena. Essas condições, junto à expansão territorial e à precariedade de recursos, provocaram transformações nas estruturas familiares, nos padrões de moradia e nos hábitos alimentares.

Diante desse conjunto documental, os testamentos produzidos na Vila de Pitangui revelam-se fontes de grande relevância para a compreensão das múltiplas dimensões da sociedade colonial mineira. Para além de sua função jurídica de registrar a transmissão de bens, esses documentos permitem observar práticas religiosas, estratégias familiares, relações de poder e formas de distinção social que estruturavam o cotidiano da população. A análise da documentação evidencia, ainda, as hierarquias de gênero, as diferenciações entre livres, forros e escravizados, bem como os mecanismos pelos quais indivíduos buscavam garantir identidades, prestígio e salvação espiritual após a morte. Nesse sentido, os testamentos constituem registros que articulam experiências individuais e valores coletivos, oferecendo importantes indícios sobre a organização social, econômica e religiosa da região de Pitangui no contexto mais amplo da América portuguesa.

\*Historiadora e Mestra em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

## REFERÊNCIAS:

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Melo (orgs.). **História da vida privada no Brasil, 1:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras de Bolso, 2018. p. 62.

ALMEIDA, Candido Mendes de (org.). **Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal.** Livro IV. 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A vila na rota do sertão Pitangui, século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Administrando impérios:** Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 256.

BLUTEAU, Raphael D. **Vocabulário Portuguez e Latino.** Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 97.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. Testamentos e óbitos dos filhos de Pedro: caminhos para uma história social do clero secular na América Portuguesa. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). **Últimas vontades:** testamentos, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 290.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora., 2015, p. 94.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 57

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII:** estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2009. p. 43.

PARANHOS, Milena Fernandes. "Saibam quantos este testamento virem...": reflexões sobre relacionamentos interpessoais e níveis em Piratininga. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). **Últimas vontades:** testamentos, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 222.

PARRELA, Ivana D. A salvaguarda do Arquivo Judiciário de Pitangui e a preservação do patrimônio da cidade e da região – a organização de Arquivos Gonçalves dos Santos e as novas propostas de tratamento. In: CATÃO, Leandro Pena (org.). **Pitangui colonial:** história & memória. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, p. 224.

SILVA, Alberto da Costa. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lília M. **História do Brasil Nação:** 1808-2010, v. 1. Belo Horizonte: Fundação Mapfre, 2014. p. 70.





# DE MELGAÇO (PT) A PITANGUI (MG) – A ORIGEM DOS LOBATOS PITANGUIENSES

*Vandeir Alves dos Santos\**

**A**inda são desconhecidas as razões que levaram o português Bento Rodrigues de Araújo Vianna a se casar em Pitangui com Ana da Silva Cordeiro, filha do capitão Pedro Nolasco. O casal não teve filhos biológicos, mas adotou Amélia da Silva Viana (ou Amélia da Silva Cordeiro). Ana faleceu primeiro e, sentindo-se debilitado, Bento deixou um testamento no qual declara como herdeiro de seus bens o primo Mathias José de Souza Lobato.



Igreja de São Martinho de Alvaredo, onde Mathias foi batizado. (Foto do autor).



Rua do Rego, Freguesia de São Martinho de Alvaredo, Melgaço (PT). Local do nascimento de Mathias (Foto do autor).

A paternidade de Amélia é controversa. A mãe adotiva declara, em seu testamento, que ela havia sido “enjeitada”; o termo significa que a criança foi abandonada, desprezada ou rejeitada pelos pais logo após o nascimento ou na infância. Documentos atestam sua origem como sendo Onça do Pitangui e, no inventário de Mathias, em determinado momento, é declarado que os filhos ficariam sob a tutela do avô Manuel Ferreira da Silva. Até o presente momento, não foram encontradas referências documentais à mãe de Amélia, e um detalhe que talvez faça sentido é o fato de o irmão de Ana ser o padre Pedro Nolasco, que, em seu testamento, reconhece cinco filhos de três mulheres diferentes. Embora o nome dela não apareça no documento, seria Amélia filha do padre Pedro Nolasco? Ainda não há confirmação desse fato.

Mathias Lobato nasceu na freguesia de São Martinho de Alvaredo, cidade de Melgaço, no extremo norte português, em 02/02/1821, filho de Antônio José de Souza Lobato e Ana Rocha Sã Souza (ou Ana Joaquina da Rocha). Veio para o Brasil em 1836, com 15 anos de idade, trabalhar como caixeiro na Rua da Quitanda nº 173, no Rio de Janeiro.

Não se sabe se Bento, pressentindo a fragilidade de sua saúde, já havia chamado Mathias a Pitangui para cuidar de seus bens ou se Mathias partiu para a cidade assim que o primo morreu, em 11 de abril de 1848. O fato é que, dois meses depois, em 03/06/1848, Mathias e Amélia se casaram.

Bento era homem de muitas posses, e um dos bens deixados era a fazenda da Ponte Alta, situada 12 quilômetros ao norte de Pitangui, próxima às terras da família Nolasco. Ali o casal passou a residir e onde nasceram os sete filhos. A prole provavelmente seria maior se Mathias não tivesse falecido precocemente, em 1861, deixando os filhos ainda menores.

Amélia procurou garantir o futuro dos filhos homens educando-os no Caraça, com exceção do caçula José Maria (Nhô Zé). Em carta presente em um processo arquivado no IHP, Amélia reclama com o filho sobre sua vida desregrada em Ouro Preto, ao contrário dos irmãos, que eram comprometidos com os estudos. A família se expandiu na região de Pitangui e hoje tem representantes residindo na capital, em outros Estados e até mesmo no exterior.

Após o falecimento do marido, Amélia se casou mais duas vezes, mas só veio a ter mais filhos no terceiro matrimônio, com José Quintiliano Rodrigues Pereira.



Foto atual da Fazenda Ponte Alta (Foto de Regis Lobato)

*Do casamento com Mathias José de Souza Lobato vieram os filhos:*

*F1 – Mathias José de Souza Lobato (1849–1924) – Nhô Mathias – Casou-se com Joana Leopoldina, com quem teve:*

*N01 – João de Souza Lobato – c/c com a prima Amélia Ferreira Lobato (N44).*

*N02 – Maria Leopoldina de Souza Lobato – c/c Francisco Luiz de Freitas Filho.*

*Do Mathias filho descendem os proprietários do Supermercado e Farmácia Solução, Geraldo (Stilo Veículos) e Ricardo Lobato (ex-secretário municipal)*



*F2 – Francisco Procópio Lobato (1851–1887) – Médico, casou-se com Rosa Faustina de Azevedo e teve:*

*N03 – Francisco Procópio de Souza Lobato (Tote)*

*N04 – Rosa Jandyrá Lobato – c/c José Bahia Duarte*

*N05 – Pedro Aymoré Lobato – c/c Amélia Silveira Lobato*

*N06 – Amélia Lobato – c/c Vital Pereira Guimarães*

*N07 – Mathias Lobato (Padre)*

*N08 – Anchieta Lobato – c/c Izalina da Silveira, em São João del-Rei*

*N09 – Aurora*

*N10 – Francisca Maria*

*De Francisco descendem o padre Mathias Lobato (um dos fundadores de Divinópolis), Dr. Odilon Lobato (médico de Pompéu), Francisco Procópio (prefeito de Pompéu), Omar Lobato (vereador em Pompéu), Pedro Lobato (editor de Economia do Estado de Minas), Régis Lobato (empresário do setor de ótica em BH), Dr. Paulo Lobato (médico em Pará de Minas).*





F3 – Hermínia de Souza Lobato (1853–1939) – Saná – c/c Francisco Manoel Saldanha e teve:

N11 – Francisco Manoel Saldanha – c/c Maria Regina Saldanha

N12 – Minervina Xavier de Freitas – c/c Luiz Gonzaga de Freitas

N13 – Sebastião Xavier Saldanha – c/c Joana Ferreira Lobato

N14 – Antônio Xavier Saldanha – c/c Maria Jacinta Saldanha

N15 – Maria Amélia Lobato Saldanha – c/c o primo José Calazans Lobato

N16 – Gomides Xavier Saldanha – c/c Estelina Saldanha

N17 – Bernardo Xavier Saldanha – c/c Elisa Generosa de Vasconcelos

N18 – Luíza Xavier Saldanha – c/c José Rodrigues Pereira

N19 – Maria Xavier Saldanha – c/c José Rodrigues Pereira

N20 – Mathias Xavier Saldanha

N21 – Loth Xavier Saldanha

N22 – José Lobato Xavier Saldanha – c/c Maria Lino de Souza

De Hermínia descendem todos os Saldanha da Chácara Saldanha, dentre eles Bernardinho (distribuidor de leite a domicílio em Pitangui) e Dr. Marcelo Saldanha (médico).

---

F4 – Antônio de Souza Lobato (1854–1922) – Totonho Lobato – c/c Aurora Josephina Maciel, com quem teve:

N23 – Antônio Gonçalves de Souza Lobato – c/c a prima Maria Ferreira Lobato (N46)

N24 – Maria, falecida ainda criança

Antônio e suas netas foram os responsáveis pela preservação da sede da fazenda da Ponte Alta até a venda para Roberto Lobato.



F5 – Rodolpho de Souza Lobato (1856–1911) – Dôco Lobato – c/c Maria José de Freitas Mourão, com quem teve:

N25 – Mathias de Freitas Lobato – c/c Adélia Cecílio dos Santos

N26 – José Calazans Lobato – c/c a prima Maria Amélia Lobato Saldanha (N14)

N27 – Francisco de Freitas Lobato

N28 – Miguel de Freitas Lobato

N29 – Cecília de Freitas Lobato – c/c José Miguel de Freitas

N30 – Maria de Freitas Lobato – c/c Francisco Luiz de Freitas Filho

N31 – Conceição de Freitas Lobato

N32 – Balbina de Freitas Lobato

De Rodolpho descendem Mathias Lobato (empreiteiro, fundador da cidade de Mathias Lobato e um dos fundadores do Minas Tênis Clube de BH), seu filho Roberto Lobato (empresário responsável pela compra e reforma da fazenda Ponte Alta), Marcelo Freitas (jornalista, diretor do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais), Célio Lobato (presidente da Câmara em Bom Despacho), seu filho Aelson Lobato (presidente da Câmara e vice-prefeito de Bom Despacho), seu neto Juliano Lopes Lobato (professor, vereador e presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte) e Francisco Lobato (colaborou para a fundação do Colégio Loyola em BH).



F6- José Maria de Souza Lobato (1859-1922)- Nhô Zé – Teve com Maria Rosa:  
N33 – Maria Madalena de Jesus – c/c Vicente Ribeiro da Silva  
Casado com Maria Felizarda da Silva, teve:  
N34 – Amador de Souza Lobato – c/c Augusta Maria de Jesus  
N35 – Messias de Souza Lobato – c/c Elvira Ambrosino Lobato  
N36 – Antônio Evangelista Lobato  
N37 – Mathias de Souza Lobato Sobrinho – c/c Maria Ferreira da Costa  
N38 – Felizardo Albino Lobato – c/c Benedita Maria de Faria  
N39 – Luiz Gonzaga Lobato  
N40 – Maria Amélia Lobato – c/c Antônio Raimundo de Faria  
N41 – Conceição de Souza Lobato – c/c João Alves Pimenta  
N42 – Francisca de Souza Lobato – c/c João Antônio Gonçalves Sobrinho  
N43 – Joana de Souza Lobato – c/c João de Freitas Vasconcelos  
N44 – José Maria de Souza Lobato Filho – c/c Maria de Freitas Lobato, filha de sua prima Maria de Freitas Lobato (N30)

De José Maria descendem os Lobatos de Sete Lagoas e Ibitira. Em Pitangui temos Dr. Joaquim (médico, ex-prefeito), Norberto Lobato (IEF), Claret Lobato (servidora do TJMG), Guerino (Restaurante Varandão), Créo (Clemente - presidente da Câmara Municipal de Pitangui), Magá (Loja), Paulo Roberto Lobato (Rádio Líder), Paulo Henrique Lobato (PH – jornalista), Rafael Silva (ator nos EUA), Levi Lobato (genealogista dos Lobatos) e Vandeir Santos (presidente do Instituto Histórico de Pitangui).



F7 – Amélia de Souza Lobato (1860-1922) – Sinhá do Amorim – c/c Antônio Gonçalves Ferreira.  
N45 – Amélia Ferreira de Souza Lobato (Neia) – c/c o primo João de Souza Lobato (N01)  
N46 – Francisca Ferreira Gonçalves (Chiquinha) – c/c Félix Dias Maciel  
N47 – Maria Ferreira Lobato – c/c o primo Antônio Gonçalves de Souza Lobato (N22)  
N48 – Antônia Ferreira Lobato (Nica) – c/c Sebastião Cordeiro Maciel – desse casal descende o ex-vice-prefeito de Pitangui Alexandre Maciel de Barros  
N49 – Maria José Ferreira Maciel (Zezé) – c/c Mário Álvares Maciel  
N50 – Conceição Ferreira Lobato – c/c Antônio Ribeiro de Abreu  
N51 – Antônio Gonçalves Ferreira Filho (Nego) – c/c Maria de Campos Cordeiro  
N52 – José Gonçalves Ferreira (Juca do Pires) – c/c Maria José de Faria  
N53 – Alzemira Gonçalves Ferreira (Bia) – c/c José Luiz Ribeiro de Abreu

De Amélia descendem Alexandre Barros (ex-vereador, presidente da Câmara, ex-vice-prefeito de Pitangui e empresário), Luiz Gustavo (empresário em Pitangui), Dr. Luís Antônio (médico cardiologista), os proprietários do Grupo Caxuxa (postos de combustíveis), Clélia Lobato (professora em Pitangui) e Walter Maciel (genealogista dos Lobatos).

\*Historiador, pesquisador e Presidente do Instituto Histórico de Pitangui

## REFERÊNCIAS:

INSTITUTO HISTÓRICO DE PITANGUI. **Acervo Documental** (Testamentos, Inventários e Correspondências).

SANTOS, Vandeir Alves dos. **Pesquisa genealógica sobre a família Lobato**. Pitangui, (s.d.). Informação verbal e acervo particular..





# FAZENDA SANTO ANTÔNIO DAS PITANGUEIRAS

*Ana Maria Nogueira Rezende\**

Pitangui foi conhecida como Velha Serrana, a Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais. Pois, a chegada dos primeiros bandeirantes na região, ao encontrarem ouro nas margens de um rio, trataram de fixarem moradia. Havia uma aldeia de índios com um grande número de crianças o que fez os bandeirantes dar ao lugar o nome de Pitangui- que significa em tupi-guarani “rio das crianças”.

A região de Pitangui foi o último reduto em solo mineiro dos mineradores paulistas depois que foram derrotados pelos emboabas- nome dado aos forasteiros portugueses (na maioria), baianos, pernambucanos que vinham na busca do ouro- este motim aconteceu nas proximidades da atual cidade Tiradentes entre 1707-1709.

A criação da Vila de Pitangui em 1715 foi justamente para controlar a passagem mercadorias pois a região se consolidava com entroncamento de estradas e caminhos e principalmente cobrar os impostos da extração aurífera que se mostrava profícua e a produção de outros produtos. Porém, os paulistas impediam entrada dos forasteiros veementemente. Os motins eram constantes, o mais famoso deles foi a Revolta da Cachaça, acontecida entre em 1719- 1720, sendo a cachaça gênero de primeira necessidade, pois era muito usada na mineração dando vigor aos escravos no trabalho insalubre e também na medicina rudimentar da época, o capitão-mor João Lobo de Macedo, representante de Portugal em Pitangui instaurou o estanco- uma forma de monopólio sobre a produção e comércio da aguardente de cana em Pitangui alegando a necessidade de algumas construções na vila, como igreja, cadeia e outras. O povo, comandado por Domingos Rodrigues do Prado, paulista, genro do bandeirante Anhanguera começou a rebelião que culminou na expulsão João Lobo de Macedo. O Conde de Assumar, governador das Minas, já insatisfeito com Pitangui, não pagadora dos devidos impostos da mineração, tratou de enviar 500 homens armados que eram esperados pelos paulistas para o embate nas proximidades do rio São João. A Coroa Portuguesa saiu vitoriosa e coube aos paulistas irem para Goiás e Mato Grosso. E, a Coroa Portuguesa, viu que era melhor, naquele momento, não criar leis estatais para taxar a cachaça.

Foi neste contexto conturbado que a Fazenda Santo Antônio das Pitangueiras foi construída em 1715, na Vila Pitangui. A fazenda contava com alambique para produção de cachaça.

O morador mais ilustre foi o Padre Américo Epifânio Pereira. Com sua morte em 1932, seus descendentes herdaram a fazenda Santo Antônio, conforme inventário do pároco. E, outros proventos foram deixados para construção de uma casa para assistência dos idosos e crianças de Pitangui.

José Otávio de Carvalho Lopes, de família pitanguense que havia saído para estudar e dedicar-se à medicina, na década de 1970, já casado com Rosana Ross Romano Lopes teve a oportunidade de adquirir a fazenda Santo Antônio dos descendentes do padre Américo. Restauraram a fazenda totalmente mantendo as características tricentenárias e construíram uma capela em homenagem ao santo que nomeia a fazenda.

Para as celebrações na Fazenda, começaram a produzir cachaça- inicialmente, de forma artesanal, para as festas de família e de amigos. Porém, com o sucesso e solicitações da bebida o jeito foi reestruturar o alambique e passar a exercer a atividade profissionalmente. Dentro da Fazenda Santo Antônio foi construído, há cerca de 13 anos, o Alambique Santíssima, que passou a produzir duas marcas de cachaça a Santa Romana e a Bem Me Quer- premiadas no mercado externo e interno.



O processo da produção da aguardente continua parecido como antigamente, porém com maior cuidado com o meio ambiente. 1. O corte da cana é realizado manualmente, sem queima das folhas. A cana é limpa e picada no próprio canavial, segue para o engenho, no mesmo dia do corte para fazer a moagem. 2. No engenho, com a realização da moagem extrai-se o caldo da cana, chamada de garapa, para efeito da decantação e a filtragem. 3. A fermentação acontece quando o caldo com o "brix" atinge o nível de doçura adequado, após segue para as dornas de fermentação. Este caldo é fermentado por leveduras selecionadas, que convertem o açúcar em álcool. 4. A destilação ocorre em alambiques de cobre e são fracionadas. A qualidade do produto é garantida com a seleção da melhor parte do mosto (o caldo que melhor sofreu o processo da fermentação) utilizado para o processo artesanal. 5. Para o envelhecimento e armazenagem parte da produção é guardada em diferentes tipos de barris de madeira: carvalho, bálsamo, amburana, para que tenha um período de descanso (envelhecimento). A outra parte, é colocada em tonéis de inox. 6. Realização do Blend pelo Master Blender Armando Del Bianco, para fazer os blends das cachaças do Alambique Santíssima são combinadas as diferentes madeiras, enfatizando as características sensoriais e particulares de cada uma. A safra costuma durar de 05 a 06 meses.

Rosana juntamente com outras mulheres fundaram a Confraria das Mulheres da Cachaça para mostrar que bebida segue apreciada por todos os públicos desde o século XVIII. Não mais causando disputas, mas selando a paz.

\*Historiadora, mestra e doutoranda em Ambiente Construído Patrimônio Sustentável- Escola de Arquitetura/UFMG.

## REFERÊNCIAS:

REZENDE, Ana Maria Nogueira; CARVALHO, Márcio. Fazendas mineiras: história, cultura e economia: região centro-oeste mineiro. Itaúna/MG: Editora Rona, 2023.



Sede da Fazenda Santo Antônio



Sede da Fazenda Santo Antônio



Armazenamento de cachaça- Fazenda Santo Antônio



Produção de cachaça- Fazenda Santo Antônio



# O BRASÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PITANGUI (IHP)

*Felipe Gabriel de Vasconcelos\**

Fundado em 1968 o Instituto Histórico de Pitangui nasce para ser o guardião da memória histórica da Sétima Vila do Ouro, com um acervo que abrange documentos judiciais e peças sacras dos séculos XVIII, XIX e XX, tendo sob sua custódia documentos de 42 cidades que outrora pertenceram ao Termo de Pitangui.

Passado mais de meio século de sua fundação foi proposto pelos membros ao heraldista Felipe Gabriel de Vasconcelos a concepção do Brasão de Armas representativo dessa instituição e da alma pitanguiense, ficando assim elaborado: Escudo azul, com uma coluna de prata carregada com uma cruz de Santiago de vermelho, sobre a coluna o Imaculado Coração de Nossa Senhora das Dores, flamejante, cravado de sete espadas de prata; o escudo é sobreposto a um ornamento barroco de pedra, de sua cor natural, perfilado de ouro.

Mais do que um emblema, o brasão do IHP é o espelho de uma alma forjada entre a fé e o ouro, que entrelaça, de forma única, a profunda devoção cristã e o espírito indomável de um povo marcado por suas históricas rebeliões, conectando o presente à história dos paulistas e indígenas que ocuparam as margens do Rio Pitangui.

O significado de suas peças no brasão reside em três pilares fundamentais, que podem assim serem definidas: O azul do campo do escudo representa a cor predominante do manto de Nossa Senhora Virgem Maria, especialmente o culto a Nossa Senhora do Pilar, que deu o nome a Vila no ano de 1726 devido à forte devoção dos moradores locais à santa, que já era a padroeira dos bandeirantes da região antes mesmo da fundação oficial da vila. A presença da Cruz de Santiago no pilar deve-se à tradição de que a própria Virgem Maria apareceu ao Apóstolo Santiago Maior no ano 40 d.C. sobre uma coluna (pilar) de jaspe, para confortá-lo e encorajá-lo. As sete espadas no coração do brasão do IHP são um dos elementos mais ricos em simbolismo, pois unem a devoção religiosa à veia combativa da cidade, assim:

O Significado Religioso, no contexto do Imaculado Coração de Maria, as espadas (frequentemente sete) representam as Dores de Maria. Como Pitangui tem raízes profundamente católicas, o símbolo reflete a fé que moldou a identidade da Vila desde o século XVIII.

O Significado Histórico e Civil a imagem das sete espadas ganha uma segunda camada de interpretação: as rebeliões e o espírito indomito de Pitangui, evocando episódios como o Motim de 1720 (contemporâneo à Revolta de Vila Rica), onde a população local se levantou contra os tributos e a opressão administrativa.

Diferente de um símbolo de violência gratuita, as espadas representam a prontidão do povo em defender sua autonomia e seus direitos ao longo dos séculos. Dessa forma, o símbolo realiza uma síntese perfeita: a espada que fere (as rebeliões e lutas sociais) é a mesma espada que atravessa o coração (a dor e a fé religiosa). É a representação de uma cidade "Sétima Vila" que "sofreu" as dores do crescimento do Brasil, mas sempre com as armas na mão para garantir seu lugar na história e a luta da comunidade para preservar o patrimônio cultural e a memória oral e escrita da região central do estado.

*\* Nascido a 04 de Dezembro de 1975, em Sete Lagoas, Bacharel em Direito (PUC-Minas), Pós Graduado em Direito Público (Universidade Newton Paiva), Genealogista e Heraldista profissional, representante do título de Barão de São João Marcos (Portugal), Conde de São João Marcos (Geórgia), Cavaleiro da Ordem de Malta (Vaticano), Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro (Vaticano), Cavaleiro da Ordem de Vitez (Hungria), Cavaleiro da Ordem de São Maurício e São Lázaro (Itália), Comendador da Ordem da Águia da Geórgia (Geórgia), Grande Oficial da Ordem de São Miguel da Ala (Portugal).*





# RECEITAS DA PONTE ALTA

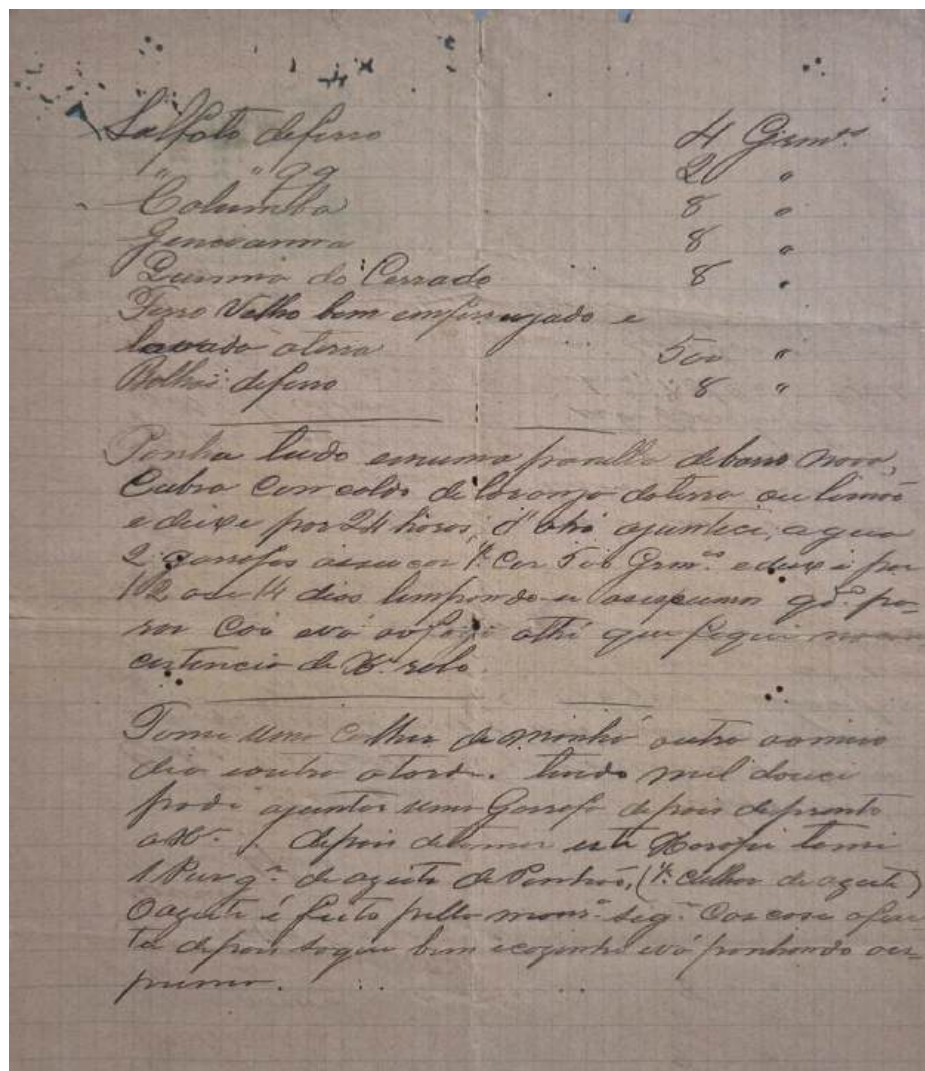
O pitanguiense Oseias Raimundo Gonçalves Lobato doou ao IHP alguns documentos históricos que contam um pouco da história da família Lobato. Dentre esses documentos estão algumas receitas médicas as quais serão postadas nessa e nas próximas edições de nossa revista. É um resgate muito interessante das práticas farmacêuticas do final do século XIX. Esse primeiro documento traz o receituário para um paciente anônimo, muito provavelmente, sofrendo com uma anemia severa.

## Transcrição da Receita:

Sulfato de ferro 4 gramas  
Columba 8 gramas  
Genciana 8 gramas  
Goma do cerrado 8 gramas  
Ferro velho bem enferrujado  
Laranja da terra 500 gramas  
Folhas de ferro 8 gramas

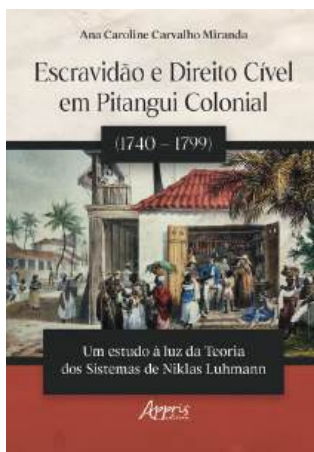
Ponha tudo numa panela de barro nova, cubra com caldo de laranja da terra ou limão e deixe por 24 horas, daí junte água e 2 garrafas de açúcar,  $\frac{1}{2}$  arrátel ou 500 gramas, e deixe por 12 ou 14 dias limpando-se as espumas, quando parar, coar e levar ao fogo até que fique na consistência de xarope ralo. Tome uma colher de manhã, outra ao meio dia e outra a tarde. Tendo mel doce juntar numa garrafa depois de pronto o xarope. Depois de tomar esse xarope tome um purgante de azeite de pinhão ( $\frac{1}{2}$  colher de azeite). O azeite é feito pela maneira seguinte: Descasca-se a fruta depois soque bem e cozinhe e vá apanhando a espuma.

Receita original



## Entre Livros

A segunda edição da Revista do Instituto Histórico e Cultural de Pitangui estreia uma seção dedicada a livros sobre o Centro-Oeste mineiro e Pitangui, além de pesquisas fundamentadas em documentos do acervo da própria instituição.



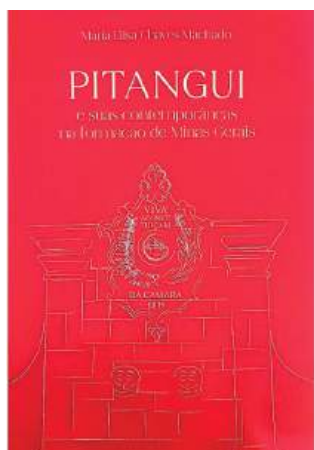
**O livro:** Com o objetivo de analisar o protagonismo de populações escravizadas e libertas no acesso à justiça na Vila de Pitangui entre 1740 e 1799, esta obra foi lançada em 2024. Por meio de ações cíveis, a autora investiga os conflitos cotidianos, as estratégias de autointitulação perante os tribunais e o perfil socioeconômico desses sujeitos.

**A autora:** Ana Caroline Carvalho Miranda é Doutora em História pela UFJF e Mestra pela UFOP. Professora Visitante no IFMG – Campus Arcos e pesquisadora do LAHES (UFJF) e do grupo Escravismo Atlântico (UFMG), atua principalmente em História de Minas Colonial, Escravidão e Justiça Cível.



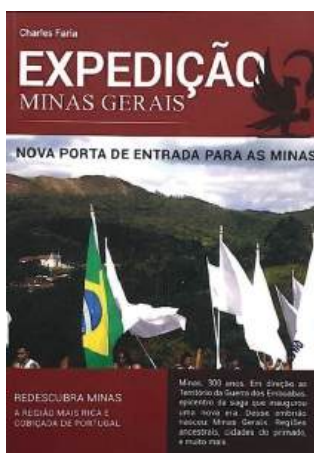
**O livro:** A obra, lançada em 2025, analisa a formação da "Nova Lorena Diamantina" sob a tensão entre o rigor colonial e as práticas de contrabando. A gestão das jazidas revelou-se permeável a redes ilícitas envolvendo desde autoridades até garimpeiros, evidenciando contradições entre a ordem metropolitana e a realidade local. O estudo destaca a cultura garimpeira como elemento identitário fundamental, conectando o passado colonial às corridas diamantíferas do século XX em municípios como Cedro do Abaeté.

**O autor:** Pedro Henrique de Almeida Andrade é médico graduado pela UFMG e natural de Cedro do Abaeté. Coautor de obras sobre ética médica e associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu, dedica-se à preservação da memória e história regional mineira.



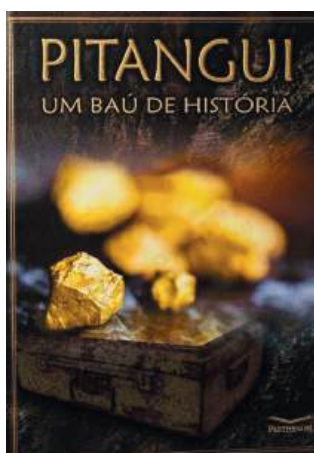
**O livro:** Esta obra, lançada em 2023, promove um mergulho historiográfico e afetivo na "Sétima Vila", explorando o papel fundamental de Pitangui na estruturação de Minas Gerais. O livro estabelece conexões entre Pitangui e suas vilas contemporâneas, analisando como esses núcleos urbanos moldaram o contexto sociocultural da região. É um resgate essencial da memória coletiva, apresentando a cidade como um palco central para a compreensão da sociedade colonial e da construção da identidade mineira.

**A autora:** Maria Elisa Chaves Machado é escritora, professora e atual presidente da Academia Feminina Mineira de Letras (AFEMIL). Natural de Pitangui, possui uma trajetória dedicada à educação e às artes, sendo uma voz ativa na valorização do patrimônio cultural e das letras em Minas Gerais.



**O livro:** A obra Expedição Minas Gerais propõe uma redescoberta das origens do estado sob uma perspectiva que une rigor histórico e apelo turístico. Tomando a Guerra dos Emboabas como fio condutor, o autor narra a formação da Capitania e o nascimento da identidade mineira no século XVIII. Com roteiro cultural estratégico por 14 cidades históricas (como Ouro Preto, São João del-Rei e Sabará), conectando o patrimônio material à experiência prática do viajante moderno.

**O autor:** Charles Faria é um gestor cultural e pesquisador natural de Caeté, Minas Gerais, com sólida trajetória na valorização do patrimônio histórico. Atuando como CEO da General Project, ele dedica-se ao desenvolvimento de projetos que integram cultura, turismo e identidade local.



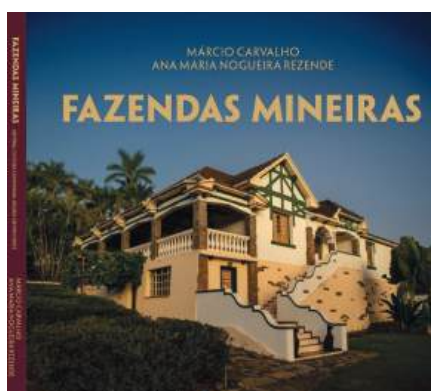
**O livro:** A obra Pitangui- um baú de História celebra a trajetória da Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais, com mais de 300 anos de fundação. Um verdadeiro inventário da multiplicidade cultural e da riqueza histórica acumulada pelo povo pitanguiense ao longo dos séculos. O "baú" metafórico do título revela memórias e documentos que preservam a identidade local e regional do Centro-Oeste Mineiro para as novas gerações. A publicação reafirma o papel de Pitangui como um pilar fundamental da memória e do patrimônio histórico do estado.

**A autora:** A saudosa Maria da Graça Menezes Mourão, itaunense e pesquisadora dedicada, graduada em Filosofia e Pedagogia, com especializações em História e Cultura de Minas Gerais pela PUC-Minas e UFOP. Nos brindou com muitos livros e artigos, que ficarão na nossa memória e referência para os estudos do Centro- Oeste de Minas Gerais.



**O livro:** A obra de Otávio Elias transita entre o suspense policial e a ficção científica, com foco em tramas de alta tensão e reviravoltas. Livros de ficção como Morte no Alasca, Sombras do Passado, Mundo Maior, A Cidade Perdida e outros. Além da ficção, o autor dedica-se ao desenvolvimento pessoal, questionando sempre o poder e a história oficial- a mesma que cresceu ouvindo na sua cidade natal- Pitangui. Essa versatilidade temática e narrativa garantiu ao escritor prêmios internacionais de prestígio na França e na Argentina

**O autor:** Otávio Elias Lemos é um jovem escritor e palestrante brasileiro, nascido em Pitangui, Minas Gerais, em 28 de dezembro de 2003. Considerado um autor autodidata, iniciou sua trajetória literária aos 12 anos e, aos 22 anos, já soma cerca de 18 livros publicados, abrangendo gêneros como ficção científica, romance policial, suspense, política e sociologia.



**O livro:** A obra Fazendas Mineiras- História, Economia e Cultura- Centro Oeste Mineiro, lançado em 2023, publicado em inglês e português, o trabalho histórico-iconográfico promoveu o inventário de 30 fazendas da região Centro-Oeste de Minas Gerais. Por meio de pesquisa oral e levantamentos históricos, aliados ao olhar sensível da fotografia sobre a arquitetura e paisagem rural, o livro analisa a rede de relações sociais e a cultura que floresceram no entorno das fazendas mineiras, reafirmando o papel dessas propriedades como pilares da identidade e da memória do interior de Minas Gerais.

**A autora:** Ana Maria Nogueira Rezende, carmopolitana de nascença e itaguarense de origem. Historiadora, mestra e doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG. Livros e artigos publicados sobre a história local e regional mineira.

**O fotógrafo:** Márcio Carvalho, itaunense, fotógrafo com mais de duas dezenas de livros publicados sobre a paisagens de Minas Gerais e do Brasil.





## AGRADECIMENTOS

A concretização da segunda edição da Revista do Instituto Histórico de Pitangui (IHP) é o resultado de uma construção coletiva, movida pelo compromisso com a memória, cultura, história e a identidade da Região Centro-Oeste Mineira.

Primeiramente, expressamos nossa profunda gratidão a todos, que, conhecendo a realidade que permeia toda a existência do Instituto Histórico de Pitangui (IHP) o mantiveram de pé, possibilitando caminhar até aos dias atuais- um passo de cada vez- seguindo. O nosso muito obrigado especial aos colunistas, pesquisadores e historiadores que generosamente compartilharam seus artigos e conhecimentos de forma voluntária. Da mesma forma, agradecemos aos fotógrafos que, com seus olhares atentos, permitiram que a história de Pitangui ganhasse vida por meio das imagens registradas nesta publicação. Um agradecimento especial à Diretoria do IHP, cujo empenho administrativo e institucional foi o alicerce para que este projeto editorial continuasse.

A atual edição foi viabilizada pelo repasse de recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) para os municípios brasileiros, autorizado pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 por meio do repasse da Prefeitura Municipal de Pitangui, cujo apoio financeiro foi fundamental para a preservação e difusão do nosso patrimônio cultural e documental.

E, especialmente, a todos, que de uma forma ou de outra, caminhou conosco colaborando para que a Revista do Instituto Histórico de Pitangui- IHP N°2 chegasse à sua conclusão:

Ana Maria Nogueira Rezende  
Charles Galvão de Aquino  
Felipe Gabriel de Vasconcelos  
Grafinorte Indústria Gráfica  
Hugo de Castro Machado  
Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira-ICMC  
Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu- IHGP  
Israel de Jesus Borges Almeida  
Lúcio Flávio Costa Melo  
Maria José Valério Calderaro Teixeira  
Patrícia Gonçalves  
Vandeir Alves dos Santos  
Thiago Silva de Lima

### HOMENAGENS - Um Tributo ao Legado

O Instituto Histórico de Pitangui presta uma homenagem saudosa a dois membros que dedicaram anos de suas vidas à nossa causa e que, infelizmente, nos deixaram recentemente:



**Maria da Graça Menezes Mourão:** Historiadora nata e defensora incansável das nossas raízes. Sua presença iluminada nas reuniões e sua paixão pela pesquisa deixam um vazio imenso, mas um legado que continuará a inspirar novos historiadores.



**Edson Márcio Viegas Lopes:** Nosso eterno tesoureiro, que por vários mandatos zelou com integridade e dedicação pela saúde administrativa deste Instituto. Sua assiduidade e prontidão em todas as ações do IHP foram exemplos de cidadania e amor à nossa terra.

A ausência física de Graça e Edson é sentida em cada página desta revista, mas suas contribuições estão eternizadas na história desta instituição. A eles, nossa eterna gratidão.

Ana Maria Nogueira Rezende  
Coordenadora editorial – Revista IHP n°2



Igreja de São Francisco de Assis, inaugurada em 1872. Projeto de Frei Eugênio Maria de Gênova com interior Neoclássico e Rococó.

ISSN: 2965-3584



9 772965 358007